28/02/2024 18:56 - PF desmonta esquema bilionário de comércio ilegal de ouro

A Polícia Federal e a Receita Federal deflagraram, nesta quarta-feira (28) a Operação Pirâmide de Ouro, no Pará, Amazonas, Rondônia e Paraná. Uma pessoa foi presa e foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão. O objetivo é acabar com um esquema de venda ilegal de ouro da Região Norte ao sudeste do país que pode superar R$ 1 bilhão.

Um dos três mandados de prisão foi cumprido em Curitiba (PR), os outros dois alvos estão foragidos. Um dos mandados de busca e apreensão foi em Itaituba, no Pará; os outros 12, divididos entre Porto Velho (RO), Manaus (AM) e Curitiba (PR). Foram apreendidos documentos e dinheiro, ainda não contabilizado.

Os mandados de prisão e de busca e apreensão, decretados pela Justiça Federal no Amazonas, foram contra suspeitos de organização criminosa, lavagem de dinheiro, usurpação de bens da união, falsidade ideológica e uso de documento falso. Além disso, foi decretado sequestro de bens de 24 alvos no inquérito.

A investigação partiu da apreensão de 7,5 quilos de ouro, feita no dia 1º de setembro de 2022, no Aeroporto Internacional de Belém, em ação conjunta da Polícia Federal e da Receita Federal. Na ocasião, o passageiro não foi preso em flagrante; nesta quarta-feira, porém, ele foi preso na operação, e dois de seus filhos estão foragidos, todos suspeitos do mesmo esquema criminoso.

Mesmo após ser detido no aeroporto – sendo liberado em seguida – o suspeito continuou levando em voos comerciais o ouro extraído em garimpos ilegais de rios no Amazonas e Rondônia, com destino ao Estado de São Paulo. Em 11 meses, ele embarcou em 27 voos semelhantes entre Curitiba, Porto Velho, Manaus e Campinas, com quantidades cada vez menores, para evitar suspeitas.

O esquema recebia ares de legalidade a partir de empresas "noteiras", que forjavam notas fiscais. O ouro também era "sujado", um processo de diminuição do teor de pureza para ocultar a origem e também fazê-lo parecer legal.

Um dos suspeitos foragidos é sócio de uma empresa sem funcionário, que movimentou R$ 1,5 bilhão em três anos e meio, entre junho de 2020 e setembro de 2022.

A perícia da PF atesta forte evidência de fraude, reforçando a suspeita da investigação.

Por isso, a Justiça também determinou o sequestro de contas bancárias, suspensão de atividades da empresa e da permissão de lavra garimpeira.

Fonte: PF

Notícias RO